

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº: 710/2026

1- DO OBJETO

Contratação de empresa para a aquisição e instalação de equipamentos de câmeras de segurança, visando atender às demandas do Hospital Municipal Antônio de Carvalho.

SEQUENCIA	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONECTOR BNC	UND	64,00	R\$ 13,38	R\$ 856,00
2	INSTALAÇÃO DE CÂMERAS	SERV	32,00	R\$ 102,76	R\$ 3.288,48
3	CONECTOR P4	UND	32,00	R\$ 7,20	R\$ 230,24
					R\$ 4.374,72

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3 O prazo de vigência da contratação será de até 30 dias, contados da emissão das respectivas Ordens de Compras e de Serviço, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.374,72 (quatro mil trezentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos) conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO

2.1. A contratação baseia-se no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

“Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; ~~(Vide Decreto nº 10.922, de 2021)~~ ~~(Vigência)~~ ~~(Vide Decreto nº 11.317, de 2022)~~ ~~(Vigência)~~ ~~(Vide Decreto nº 11.871, de 2023)~~ ~~(Vigência)~~ ~~(Vide Decreto nº 12.343, de 2024)~~ ~~(Vigência)~~ ~~(Vide Decreto nº 12.807, de 2025)~~ ~~(Vigência)~~”.

2.2 DESCRIÇÕES DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.2.1. As medidas de vigilância são essenciais para proteger pacientes, colaboradores e visitantes, prevenindo incidentes e garantindo a integridade física de todos no ambiente hospitalar.

2.2.2. O monitoramento contribui para a proteção de equipamentos, materiais e demais recursos da unidade, prevenindo danos, extravios ou uso indevido, assegurando a conservação dos bens públicos.

2.2.3. A utilização de sistemas de vigilância permite o registro de eventos e ocorrências, possibilitando respostas rápidas e eficientes, além de fornecer informações relevantes para análise e melhoria contínua da segurança.

2.2.4. O monitoramento reforça a organização operacional do hospital, oferecendo maior controle sobre os acessos e atividades internas, contribuindo para um ambiente seguro e confiável, fundamental para a prestação de serviços de saúde de forma eficiente.

2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

2.3.1. A escolha do fornecedor será baseada na disponibilidade e adequação às necessidades da unidade, garantindo a continuidade dos serviços sem interrupções. Considera-se também a compatibilidade comercial com os parâmetros orçamentários, assegurando o uso eficiente dos recursos públicos. A seleção visa atender às demandas dentro dos prazos estabelecidos, permitindo que as medidas de segurança sejam implementadas de forma organizada. Dessa forma, a escolha do fornecedor se justifica pela garantia de atendimento às necessidades da unidade e preservação do patrimônio público.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

3.1.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

4. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. DO FORNECIMENTO:

4.1.1 O prazo para fornecimento dos bens/produtos será de até 05 (cinco) dias de *forma integral, a contar da ordem de fornecimento.*

4.1.2. Caso não seja possível realizar a entrega dos bens/produtos na data previamente estabelecida, a contratada deverá comunicar as razões pertinentes com, no mínimo, 03 (três) horas de antecedência, para que

eventual pleito de prorrogação de prazo seja analisado ressalvado as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

4.1.3. A entrega dos bens/produtos deverá ocorrer na sede do Hospital Municipal Antonio Carvalho, localizada na Rua Presidente Vargas, s/n, Centro, Município de Santa Fé de Goiás – GO, CEP 76.265-000.

4.1.4. Os bens/produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de até 05 (cinco) dias, pelo (a) servidor (a) designado (a) para o acompanhamento e fiscalização contratual, com a finalidade de proceder à verificação preliminar de conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta comercial apresentada.

4.1.5. Os bens/produtos que apresentarem desconformidade com as especificações contratuais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, cabendo à contratada realizar a substituição, correção ou nova entrega, conforme o caso, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação formal emitida pela Administração, sem ônus adicionais para o Município e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

4.1.6. O recebimento definitivo dos bens/produtos será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, mediante verificação da plena conformidade, da qualidade, da adequação técnica e do atendimento integral às exigências contratuais, com consequente lavratura do termo de recebimento definitivo.

4.1.6.1. Na hipótese de a verificação referida no subitem anterior não ser concluída dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do referido prazo, sem prejuízo da responsabilidade da contratada pela qualidade e integridade do objeto.

4.1.7. O recebimento, seja provisório ou definitivo, não exime a contratada de sua responsabilidade civil, técnica e profissional pela qualidade, segurança e funcionalidade dos bens/produtos fornecidos, tampouco afasta sua responsabilidade pela perfeita e integral entrega do objeto contratado, conforme as condições estabelecidas neste instrumento.

4.2. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

4.2.1. A prestação de serviço a ser contratado, importa em:

4.2.1.1. A Contratada deverá executar dentro da melhor técnica os serviços contratados conforme especificação do Termo de Referência, com alocações dos empregados necessários ao perfeito cumprimento do serviço solicitado.

4.2.1.2. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos ou serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

4.2.1.3. Responder, integralmente, pelos danos causados a Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da execução do objeto, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte da Administração;

4.2.1.4. Comunicar por escrito a Contratante a ocorrência de qualquer fato, condições que possam atrasar ou impedir a execução dos serviços, em parte ou no todo;

4.2.1.5. A execução dos serviços ocorrerá no Hospital Municipal Antonio Carvalho, localizada na Rua Presidente Vargas, s/n, Centro, Município de Santa Fé de Goiás – GO, CEP 76.265-000.

4.3. O início da execução do objeto: dar-se-á a partir da emissão das ordens de compra e de serviço.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Preposto

5.4. A contratação será formalizada mediante emissão de nota de empenho, que estabelecerá as condições essenciais relativas à prestação dos serviços. Dessa forma, não se faz necessária a designação de preposto específico, cabendo à empresa contratada indicar o representante que atuará como ponto de contato com a Administração, responsável pelo acompanhamento da execução, pelo atendimento das solicitações e pela garantia do fiel cumprimento do objeto contratado.

Fiscalização

5.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

5.6. O fiscal técnico da dispensa acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

5.7. O fiscal técnico da dispensa anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

5.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da dispensa emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

5.9. O fiscal técnico da dispensa informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

5.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico da dispensa comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

5.11. O fiscal técnico da dispensa comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

5.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termo aditivos, solicitando, quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

5.14. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, serão exigidos, as seguintes certidões:

5.14.1. Será exigida a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débito Estadual (da sede da empresa) o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)

Gestor do Contrato

5.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.

6.2 Exigências de habilitação

6.2 Para fins de habilitação deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

6.2.1 Habilitação jurídica

6.2.1.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor

Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

6.2.1.2 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.1.3 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

6.2.1.4 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.1.5 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

6.2.1.6 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

6.2.17 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.2.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

6.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.2.2.2. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS - Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;

6.2.2.3. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;

6.2.2.4. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante e a do município promotor da licitação;

6.2.2.5. CERTIDÃO REGULARIDADE RELATIVA AO FGTS - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

6.2.2.6. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTA - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

6.2.2.7 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento 2026

7.2 A contratação será atendida pela seguinte

DOTAÇÃO: 04.14.10.302.0210.2.047 / **FICHA:** 255 / **FONTE:** 107 /

ELEMENTO: 3.3.90.30 / **SUBELEMENTO:** 29. MATERIAL PARA AUDIO, VIDEO E FOTO.

DOTAÇÃO: 04.14.10.302.0210.2.047 / **FICHA:** 259 / **FONTE:** 107 /
ELEMENTO: 3.3.90.39 / **SUBELEMENTO:** 05. SERVIÇOS TECNICOS
PROFISSIONAIS.

7.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Santa Fé de Goiás - Goiás, 06 de Fevereiro de 2026.

MÁRIO HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS
Gestor da Saúde